

TRÊS LEITURAS SOBRE FELISBELO FREIRE

Autor: Fidel Silva Santos

e-mail: fidel1741.1780@gmail.com

Resumo: Este trabalho analisa como três autores, vinculados a Universidade Federal de Sergipe, apresentaram o historiador e o trabalho historiográfico de Felisbello Freire. Trata-se dos textos: “Felisbello Freire: o homem público, o escritor e o constitucionalista” (1958) de Bonifácio Fortes. O Artigo da historiadora Maria Thetis Nunes, “Felisbello Freire, o historiador” (1987). E “A rede dos conceitos: uma leitura da historiografia de Felisbello Freire” (2010) do historiador Francisco José Alves.

Palavras-Chaves: Felisbello Freire; Historiografia; Historiografia Sergipana.

Introdução:

Historiografia é o termo utilizado para designar o ato de pesquisa e escrita da história. Tendo sua origem no grego essa palavra significa ‘aquele que escreve’ ou seja, é a História que se constitui a partir do processo de escrita da história (FERREIRA; FRANCO: 2013: p.42). Como afirmou Aróstegui:

Parece-nos hoje plausível que uma palavra já bastante difundida como *historiografia* seja a aceita. A palavra historiografia seria, como sugere também Topolsky, a que melhor resolveria a necessidade de um termo para designar a tarefa da *investigação e escrita da história*, frente ao termo História, que denomina a *realidade histórica*. Historiografia é, na sua acepção mais simples, ‘escrita da história’ (ARÓSTEGUI: 2006: p.36).

A análise historiográfica, se apresenta como um importante recurso para que se possam examinar diversos pontos de discussão sobre determinado objeto, por vezes em diferentes momentos históricos: o local de fala ou a instituição que o historiador representa; a interpretação de cada um; o modo de narrar os fatos; a maneira de ver o objeto; quais correntes historiográficas os autores seguem; o meio social no qual ele está inserido; as predileções políticas de determinado autor e, se, em diferentes momentos novas fontes se apresentaram. Como explica Ferreira e Franco:

Estudar a ‘História da História’ ajuda a entender como o discurso historiográfico não é neutro, e sim sustentado por verdades provisórias, sempre sujeitas a reavaliações, fato que demonstra de maneira inegável que o passado não é um assunto encerrado e morto. Pelo contrário, tem por pressuposto ser capaz de ler a história feita por profissionais também como objeto de crítica e análise: é preciso levar em consideração o contexto em que foi escrita, onde e por quem (FERREIRA; FRANCO: 2013: p.44).

Podemos ainda mencionar o que disse Freitas, “a história da historiografia é um dos instrumentos mais eficazes da reflexão do historiador sobre o seu saber. Ela descreve, problematiza e reorienta as práticas, a função, enfim, o produto da ciência histórica (FREITAS: 2007: p. 19) ”. O trabalho de análise da historiografia demonstra-se necessário, uma vez que nos deparamos com produções que questionam totalmente as já existentes, em alguns casos não levando em conta “que a elaboração do conhecimento histórico tem várias especificidades e deve atender a uma série de exigências próprias do ofício. Essa história é feita por profissionais (FERREIRA; FRANCO: 2013: p.102) ”. Os critérios dão credibilidade a historiografia para estar em meio a outras formas de conhecimento. Algumas produções não criteriosas, ainda que muitas vezes não sejam bem aceitas por historiadores sérios, acabam tendo uma boa recepção junto ao público leigo e em alguns casos reabre discussões já superadas, sendo retomadas sem nenhum embasamento empírico.

Talvez, porém, a mesma antiguidade das manifestações da escrita da História e das formas históricas que tal escrita têm adquirido, da Cronística à "História Filosófica", é o que tem propiciado que a fundamentação científica e disciplinar da historiografia tenha tido, como dissemos, um roteiro tão pouco conclusivo. É certo, porém, que desde o século 18 não faltaram esforços, e êxitos, por parte de historiadores, escolas historiográficas, sociólogos e filósofos, para a construção de uma disciplina da pesquisa histórica mais bem fundamentada (ARÓSTEGUI: 2006: p.40).

Além das justificativas mencionadas, para que historiadores e estudantes da área empenhem-se em estudar a história da historiografia, podemos nos utilizar das palavras de Freitas ao dizer que “a história da historiografia, como domínio específico, é uma prática recente. Mesmo em lugares onde a ciência histórica estabeleceu-se desde o século XIX (FREITAS: 2007: p.15) ”. Tem-se, então, um campo de estudo pouco explorado. Sendo assim, o que falamos acima tem o intuito de salientar e fortalecer a importância dos trabalhos de análises historiográficas, uma vez que mostrará quais interpretações foram superadas e quais pesquisadores utilizam-se de métodos empíricos no desenvolvimento de suas pesquisas. Ainda relativo o trabalho de análise da historiografia,

se faz necessário salientar o que afirma Michel de Certeau, em que para ele a “operação histórica” se refere a combinação de três pontos: um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita.

Quanto ao lugar social Certeau diz que, por maior que seja o esforço, não se consegue suprimir do historiador, no momento de sua pesquisa e escrita, o lugar de fala:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam (CERTEAU: 1982: p. 56).

O lugar de fala influenciará o historiador o acompanhando em toda sua pesquisa, como na metodologia e nas seleções feitas por ele, seguindo assim as regras do grupo no qual ele está inserido. Não se pode tratar da História sem questionar o próprio discurso historiográfico, articulando o saber e o lugar. “É, pois, impossível analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função da qual ele se organiza silenciosamente (CERTEAU: 1982: p. 62) ”.

A questão das práticas científicas está focada no ato do historiador, de tornar determinado fato, histórico, para isso, ele utilizaria das regras estabelecidas pelo lugar de fala, como as seleções feitas por ele. Ou seja, falando de forma simplificada, “práticas científicas” é o ato do historiador de em sua pesquisa utilizar-se das regras estabelecidas pelo meio no qual está inserido.

Por exemplo, o *nós* do autor remete a uma *convenção*. No texto ele é a encenação do contrato social “entre nós”. É um sujeito plural que “sustenta” o discurso. Um “nós” se apropria da linguagem pelo fato de ali ser posto como locutor. Por aí se verifica a prioridade do discurso histórico em cada obra historiográfica particular. A mediação deste “nós” elimina a alternativa que atribuiria a história ou a um indivíduo ou a um sujeito global (CERTEAU: 1982: p. 62).

O grupo no qual o historiador está inserido é que irá respaldar a sua produção e sendo assim, ele terá que seguir os métodos desse para que ela seja recebida por seus pares. Para que um texto seja determinado como histórico haverá que se pautar em uma série de práticas.

Um texto histórico enuncia uma operação que se situa num conjunto de práticas. Este aspecto é o primeiro. É o essencial numa pesquisa

científica. Um estudo particular será definido pela relação que mantém com outros contemporâneos, com um “estado da questão”, com as problemáticas exploradas e os vazios determinados como tais ou tornados pertinentes com relação a uma pesquisa em andamento. Cada resultado individual se inscreve numa rede cujos elementos dependem estritamente uns dos outros, e cuja combinação dinâmica forma a história num dado momento (CERTEAU: 1982: p. 63).

A produção será definida como de valor histórico se: for reconhecida pelos pares, representar um avanço no objeto e nos métodos históricos e que tornam possíveis novas pesquisas.

Devemos levar em consideração ainda que, cada sociedade vai pensar a história a partir dos instrumentos e das fontes que consegue alcançar. Sendo assim, tudo inicia com a seleção que irá organizar e transformar “matérias-primas (uma informação primária) em produtos standard (informações secundárias), ele os transporta de uma região da cultura (as ‘curiosidades’, os arquivos, as coleções, etc.) para outra (a história) (CERTEAU: 1982: p.72)”. Pensando a historiografia a nível nacional é válido mencionar que:

No Brasil, a história da historiografia ganhou status de disciplina nas faculdades de Filosofia, na passagem da década de 1950 para 1960, a partir da introdução de matérias teórico-metodológicas nos currículos dos cursos superiores de história, logo após a instituição de geografia e história como licenciaturas independentes, contanto com as pressões de profissionais congregados na ANPUH.

Como campo para o historiador – antes mesmo de tornar-se matéria propedêutica -, a história da historiografia refugiava-se, principalmente, nas introduções dos livros didáticos de história do Brasil para o ensino secundário, nos livros de introdução à história no curso superior, nas “histórias da literatura” brasileira, nos estudos preliminares dos brasilianistas e numa extensa e fragmentária série de produtos analíticos ou sintéticos que se acercavam dos registros escritos sobre o passado, tais como resenhas, discursos, conferências, revisões de literatura, bibliografias, inventários, necrológios, efemérides e centenários de revistas, de associações do ofício, da nação ou de tal e tal região (FREITAS:2007: p.16).

Tendo em vista que “o historiador nunca deixará de ser ele mesmo (PROST: 1933: p.150)”, pois ele resignificará o passado a partir das experiências que todos os contextos no qual ele está inserido vai possibilita-lo. Levando em consideração o que falamos, nos propomos a pensar como três historiadores de diferentes contextos analisaram um mesmo objeto. O objeto em questão seria a produção historiográfica e o legado político do sergipano Felisbello Freire, considerado por Calazans como “pai da historiografia sergipana (CALAZANS: 1992: P.14)” e que ainda foi o primeiro presidente de Sergipe após a proclamação da república. Pensar Freire a partir da visão de três historiadores que são: Bonifácio Fortes e o seu artigo, *Felisbello Freire: o homem público, o escritor e o*

constitucionalista (1958); em seguida o Artigo da historiadora Maria Thetis Nunes, *Felisbello Freire, o historiador* (1987) e por fim, o livro de Francisco José Alves: *A Rede dos Conceitos: uma leitura da historiografia de Felisbello Freire* (2010). Acreditamos que, ao analisar estas três leituras de Felisbello Freire, poderemos agregar conhecimento válido para a historiografia sergipana. Tendo em vista que:

[...] toda a história é autoconhecimento: *self-knowledge*. O conhecimento do passado é, também, a mediação pela qual o historiador prossegue a busca de si mesmo. Pode ocorrer que, em certo período de sua vida, ele não preste atenção a determinada história à qual, em outro período, irá apegar-se; com o decorrer do tempo, irá compreender o que ele não havia percebido anteriormente. Em relação aos historiadores, os ensaios de ego-história, apesar de todo o seu interesse, fornecem menos informações que a leitura de seus livros. Após uma digressão, voltamos a encontrar, aqui, a mensagem de Michelet: o historiador é filho de suas obras (PROST: 1993: p. 152).

Nosso objetivo é tentar entender como três historiadores, de diferentes gerações, pensaram um mesmo objeto. Para isso, faremos a leitura dos trabalhos e buscaremos informações sobre os autores. A justificativa para a produção deste trabalho se encontra na carência de estudos deste tipo, ou ainda, pelo fato de Felisbello Freire ser um historiador pouco estudado. Cabe ressaltar, a ligação institucional existente entre eles, pois tanto Nunes quanto Fortes tinham ligações com a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, estando inserida no grupo de faculdades sergipanas que iriam compor a UFS. Tanto Bonifácio Fortes quanto Maria Thétis Nunes nessa época eram professores de algumas dessas instituições que deram origem a Universidade Federal de Sergipe.

No final da década de 1940, por iniciativa do governador José Rollemberg Leite, são criadas a Escola de Química e a Faculdade de Ciências Econômicas, lei n. 26, de 25 de dezembro de 1948. Logo após, com apoio do governo do Estado, foi criada a Faculdade de Direito. Em seguida, com apoio da Igreja Católica, surgem a Faculdade Católica de Filosofia e a de Serviço Social, com o propósito de formar professores e agentes sociais. Mais tarde foi fundada, pela Sociedade Médica Sergipana, a Faculdade de Medicina que, congregando-se às outras, formariam o núcleo gerador da UFS.

A UFS começou a ser criada no ano de 1963, pela lei n. 1.194, de 11 de junho, quando o governador do Estado de Sergipe, João de Seixas Dória, autorizou a transferência dos estabelecimentos de ensino superior existentes no Estado para a Universidade Federal de Sergipe. Em pesquisas nos jornais da cidade do ano de 1966, dom Luciano Duarte, líder da criação da universidade sergipana, concedeu a entrevista que traz à memória dos primeiros passos de sua organização (BRETAS; OLIVEIRA: 2014: p.157).

Utilizamos como espaço de pesquisa: a Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe, o Instituto Histórico e geográfico de Sergipe (IHGSE), os sites: Repositório Institucional da UFS¹ e Plataforma Lattes².

História da Historiografia em Sergipe

Faremos uma breve explanação sobre a historiografia sergipana e, para isso, utilizaremos de três autores que fizeram essas análises. Trata-se de José Calazans Brandão da Silva e o livro *Aracaju e outros temas sergipanos*³ (1992); Itamar Freitas e o livro *Historiografia Sergipana* (2007); e *Capítulos de história da historiografia sergipana* (2013), Antônio Fernando de Araújo Sá. Sobre o livro de Calazans, nos ateremos ao primeiro capítulo, no qual o autor apresenta um apanhado da historiografia sergipana, desde os pioneiros até o início do protagonismo da UFS na produção de conhecimento histórico. Já no de Freitas ao tópico *Bibliografia historiográfica do século XIX*, a historiografia do século mencionado a partir da visão historiográfica do século XXI. O quinto capítulo do livro do historiador Antônio Fernando de Araújo Sá, uma avaliação crítica da historiografia sobre Sergipe dos últimos 50 anos.

O livro de Calazans foi publicado pela FUNDESC⁴, em 1992. Com apresentação de Maria Thétis Nunes, a obra conta com 141 páginas e três capítulos. Reúne trabalhos dispersos de Calazans e está dividida em: *Introdução ao estudo da historiografia Sergipana, contribuição à história da capital de Sergipe e temas da província*.

José Calazans Brandão da Silva nasceu em Aracaju em 14 de julho de 1915 e faleceu na Bahia em 28 de maio de 2001. Estudou no Ateneu Sergipense, se formou bacharel em direito pela Faculdade de Direito da Bahia, curso superior pela ESG (Escola Superior de Guerra), Livre-docente de História do Brasil da Faculdade de Filosofia da

¹ Disponível em: <https://ri.ufs.br/>.

² Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>.

³ Sobre esses livros vamos nos ater: o de José Calazans ao primeiro capítulo, Itamar Freitas ao primeiro e Fernando Sá ao quinto capítulo:

FREITAS, Itamar. Diálogos com Calazans: a historiografia sobre Sergipe nos últimos 30 anos. In: _____. **Historiografia Sergipana**. São Cristóvão: Editora UFS, 2007, p. 35- 56.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. A Historiografia Sergipana Nos últimos cinquenta anos: Tentativa de Avaliação Crítica. In: _____. **Capítulos de história da historiografia sergipana**. São Cristóvão: Editora UFS, 2013, p. 87- 114.

SILVA, José Calazans Brandão da. *Aracaju e Outros temas Sergipanos*. Aracaju: Governo de Sergipe-FUNDESC, 1992.

⁴ Fundação Estadual De Cultura.

Universidade Federal da Bahia (UFBA). Em suas funções na Universidade Federal da Bahia foi professor catedrático de História Moderna e Contemporânea, diretor do Departamento Social de Vida Universitária, vice-diretor da Faculdade de Filosofia, professor-adjunto de Antropologia, Chefe do Departamento de História, diretor da Faculdade de Filosofia, vice-reitor. Presidiu o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe de 1945 a 1947 e tem vasta produção científica.

O capítulo *Introdução ao Estudo da Historiografia Sergipana*, inicia com um discurso de Silvio Romero no qual o mesmo defende, enquanto parlamentar, um concurso para a escolha da melhor produção sobre a história de Sergipe. Em *os primeiros trabalhos Calazans* busca os pioneiros da historiografia sergipana e duas publicações do século XIX: Antônio José da Silva Travassos e os “*Apontamentos históricos e topográficos sobre a província de Sergipe*”; Marcos Antônio de Souza com “*Memoria sobre a Capitania de Serzipe*”; as publicações foram em 1875 e 1877. Sobre a obra de Felisbello Freire (1858-1916) aponta-o como pai da historiografia sergipana, enaltecendo a importância de sua primeira obra *História de Sergipe* (1891), tanto para a historiografia sergipana quanto para a historiografia brasileira, pois segundo o mesmo: “quando surgiu a *História de Sergipe*, principiou uma era nova para a historiografia sergipana, repercutindo a obra pioneira em seu estado natal, onde o exemplo de Felisbello Freire iria encontrar diligentes continuadores (CALAZANS: 1992: p. 15)”.

A Escola do Recife⁵, no final do século XIX, com Tobias Barreto e os seus discípulos a exemplo de Silvio Romero deu projeção a Sergipe. Também estudaram na escola do Recife: “Manuel dos Passos de Oliveira Teles, Joaquim do Prado Sampaio Leite, Francisco Carneiro Nobre de Lacerda, entre outros, podem ser citados como participantes de uma esclarecida geração de pesquisadores regionais (CALAZANS: 1992: p. 15)”.

⁵[...] a Escola do Recife se tornaria produtora e difusora de um pensamento social calcado em concepções teóricas que mesclavam o positivismo com o evolucionismo determinista do darwinismo social e que tinha na questões da raça e da miscigenação o foco de suas formulações doutrinárias. A Escola do Recife, sem dúvida, teria papel de destaque na constituição de interpretações sobre o Brasil que ampararam a visão de mundo das elites dirigentes e deram suporte teórico aos projetos de construção de uma “nação civilizada” nos trópicos desenvolvidos entre o final do século XIX e início do século XX. [...] Entre os intelectuais empenhados em introduzir a razão científica nos estudos jurídicos e o positivismo e o evolucionismo darwinista na produção do pensamento social estavam Tobias Barreto e Sílvio Romero, que iriam formar a vanguarda do que veio a ser conhecida como “Geração de 1870”. Dela também faziam parte Aníbal Falcão, Franklin Távora, Araripe Jr., Clóvis Beviláqua, Higinio Cunha, Graça Aranha, Artur Orlando e Martins Jr. <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ESCOLA%20DO%20RECIFE.pdf>.

O autor ainda menciona os nomes de Prado Sampaio (como sendo o iniciador dos estudos sobre história literária) que publicou *A Literatura Sergipana* (1908); Nobre de Lacerda e *A década republicana em Sergipe* (1906) e depois publicou *Evocação* (1920); nome de Gumercindo Bessa e a publicação póstuma, *pela imprensa e pelo foro*. Destaca o nome de Carvalho Lima Junior, como merecedor de grande mérito, pois, muito se debruçou sobre os arquivos e foi muito feliz no manuseio dos documentos, seu principal trabalho “História dos Limites entre Sergipe e Bahia, publicação do governo estadual em 1918, é seu livro mais volumoso e meritório (Calazans: 1992: p. 16)”. *A questão de limites* destaca querela existente entre Sergipe e Bahia, em que historiadores dos dois estados se esforçaram no intuito de estabelecer limites que favorecessem cada um, nomes como os de Felisbello Freire e o livro já mencionado *História de Sergipe*; Ivo do Prado e *Capitania de Sergipe e Suas Ouvidorias* e dentre muitos mais.

Em *História dos municípios* Calazans aponta que muitos municípios, naquele momento, ainda não mereciam estudos especiais. Para ele “as principais achegas estão no *Quadro corográfico de Sergipe*, de Laudelino Freire, na *Corografia do Estado de Sergipe*, de Silva Lisboa, no *Álbum de Sergipe*, organizado por Clodomir Silva, e na *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, municípios de Sergipe (CALAZANS: 1992: p. 18)”; a principal bibliografia sobre os municípios sergipanos se ateve a Aracaju, devido a transferência da capital, sobre esse tema em 1955 Bonifácio Fortes escreveu,

[...] no centenário de Aracaju, voltou-se para a paisagem humana na cidade, produzindo um trabalho de alto nível. Apesar de ser palestra lida no Rotary Club de Aracaju, numa reunião comemorativa, o palestrante soube dar ao tema exposto um tratamento seguro, apontando no término da exposição: ‘Aracaju é obra exclusiva dos filhos de Sergipe. Para aqui nunca vieram capitais estrangeiros, nem contingentes apreciáveis de imigrantes. Todos os setores das atividades comerciais e industriais, exceção feita de mobiliária, - hoje já minada pela tenacidade dos autóctones – é administrada pelo aracajuano ou Sergipano’ (CALAZANS: 1992: p. 20).

Na bibliografia sobre Aracaju Calazans faz menção a Sebrão Sobrinho que também escreveu no centenário, uma das mais importantes obras sobre o tema, devido ao seu grande recorte temporal, “que vai desde os princípios da colônia até a segunda metade do século XIX (CALAZANS: 1992: p.20)”. Em *História Política*, o autor fez um apanhado dos escritos sobre a história política sergipana, utilizando as seguintes divisões: emancipação da capitania, repercussão da guerra de independência, Revolução de Santo Amaro, Mudança da capital, propaganda republicana, revolta de Fausto Cardoso e Revolta de Maynard; sobre a independência da capitania e a repercussão das lutas de

independência, menciona os nomes de “José Silvério Fontes e Maria Thétis Nunes, figuras expressivas da Universidade Federal de Sergipe (CALAZANS: 1992: p.22)”, que fizeram publicações importantes sobre o tema, a professora Maria Thétis buscou novos documentos fora, o que enriqueceu mais ainda as produções sobre o tema; menciona *História de Sergipe* de Felisbello Freire e diversos outros. Fala também sobre *Livros Didáticos*, trazendo nomes como o de Laudelino Freire e o livro *Resumo didático para uso das escolas públicas de Sergipe* publicado em 1898, ainda *Meu Sergipe*, de Elias Montalvão e *História* livro escrito por Acrísio Torres.

A obra *Formação Étnica* mostra Felte Bezerra e o livro *Etnias Sergipanas* publicado em 1950, tenta esclarecer as etnias do povo Sergipano. Fará também em *Biografias* um apanhado dos principais trabalhos biográficos de Sergipe. Em *Outros Estudos*, o autor buscará expor temas pouco trabalhados até aquele momento em Sergipe. Vai falar de *Obras Gerais* como *História de Sergipe* de Felisbello Freire. *Fases da Nossa Historiografia* fará uma divisão mostrando fases da historiografia sergipana e ainda ressalta a importância do Instituto Histórico e Geográfico para a história de Sergipe principalmente em relação ao tema dos limites entre o estado sergipano e o baiano. Em “Nota Especial” falará sobre a obra de Vladimir Souza de Carvalho “Santas Almas de Itabaiana Grande” e além disso o autor irá mencionar que conseguiu “a indicação bibliográfica de *Fragmentos da História de Sergipe*, último livro de Sebrão Sobrinho, lançado em outubro de 1972, do qual não tínhamos notícia (CALAZANS: 1992: p. 32) ”.

O trabalho de história da historiografia sergipana de Calazans é de suma importância para a historiografia do estado, tendo em vista que faz um apanhado desde os “pioneiros” passando pelo Instituto Histórico e geográfico de Sergipe até o momento em que “tudo indica, poderá passar ao Departamento de História do instituto de Filosofia e Ciências Humanas o bastão de comando da historiografia regional (CALAZANS: 1992: p. 32) ”.

Itamar Freitas nasceu em 1964, é licenciado em História pela Universidade Federal de Sergipe, tem especialização em Organização de Arquivos pela Universidade de São Paulo (USP), mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, doutorado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) e pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília

(UNB). É professor do Departamento de Educação e do Mestrado Profissional em História da Universidade Federal de Sergipe⁶.

Ao analisarmos o primeiro capítulo no título *Bibliografia historiográfica do século XIX*, define que esta parte é um exercício de bibliografia antiga, pois, apenas avalia as informações clássicas e “não ‘envolve o estudo rigoroso dos livros como objetos físicos’ (FREITAS: 2007: p. 23)”. A importância de um estudo desse tipo é que segundo o autor o oitocentos foi o século do início das publicações historiográficas sobre Sergipe. Freitas vai dizer que “reunir os escritos que inventam um passado para Sergipe é também uma forma de estudar, concomitantemente, a construção desse próprio Sergipe e a atividade historiadora local (FREITAS: 2007: p.23)”. Faz uma análise dos títulos das obras mostrando como esses são construídos, dizendo que são curiosos pois utilizam a história como adjetivo. Os escritos que ele analisa vão até 1847 misturando “geografia, etnografia, escrito de viagem e biografia sob a forma de relato administrativo (FREITAS: 2007: p.24)”. Para o autor há muitas distinções em meio a população, mas já se vê um grande esforço nos textos da primeira metade do século XIX em caracterizar o sergipense. Um trecho em que Freitas define bem esses escritos é o seguinte:

Esse esboço é caracteristicamente descritivo, ganha a forma de relação descrição, memória, breve notícia e notícia topográfica. Ele frequenta o imaginário de poucos leitores, além daqueles que governaram até meados dos anos 1840 e de alguns ciosos funcionários. Excetuando-se as denúncias de Burlamaque e de Moniz de Souza, publicadas na Bahia e no Rio de Janeiro, os demais escritos foram se abrigar nos arquivos das cortes lisboeta e carioca (FREITAS: 2007: p.25).

Freitas cita também uma segunda leva de textos onde se agrupam trabalhos de iniciativa particular como a publicação de Antônio José da Silva Travassos, *Apontamentos Históricos e Topográficos Sobre a Província de Sergipe* de 1860, onde segundo ele verifica-se o empreendedor local. Vai citar também aquelas publicações que se presencia o estado, como as produções que se debruçam sobre as questões dos limites entre Sergipe e Bahia. Ainda falando das produções nas quais nota-se a presença do estado, segundo o autor na administração de Tomás Alves Júnior, supondo que influenciado pela questão dos limites entre Sergipe e Bahia: “[...] a Assembleia Legislativa provincial (1860) autoriza o governo da província a ‘dar 4000\$000 a quem

⁶ Informações retiradas do site do IHGB e do currículo Lattes de Itamar Freitas:
<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/IFreitas.html>,
<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4794984D8>

apresentar no prazo de 10 anos a mais completa história da província de Sergipe’, obra que seria julgada pelo ‘Instituto Histórico do Rio de Janeiro’ (FREITAS: 2007: p. 27) ”.

Itamar Freitas mostra ainda que nesse período as produções sobre os combatentes do Cisplatino e da Guerra do Paraguai estavam em alta. Chegados os anos de 1870, não houve voluntários para a produção da obra solicitada pela Assembleia. Fala do discurso de Silvio Ramos, que mais tarde seria Silvio Romero, no qual faz elogios a iniciativa de se instituir aquela premiação. Uma obra sobre a história de Sergipe seria publicada apenas em 1891, por Felisbello Freire que seria *História de Sergipe*. Mostra o papel das biografias para a história de Sergipe nesse período. Afirma ainda que os sergipanos “Bittencourt Sampaio, Horácio Hora e Tobias Barreto foram os objetos eleitos para figurarem o panteão do lugar (FREITAS: 2007: p.29) ”. Cada um desses três últimos em sua área. Nesse capítulo o autor destaca a fertilidade de escrita de Armindo Guaraná e Carvalho Lima Júnior. Guaraná e o *Dicionário Biobliográfico Sergipano* e Carvalho Lima Junior que para Freitas em questão de análise documental seria o único capaz de rivalizar com Felisbello Freire no século XIX. Afirma que é necessário após a instauração da república e o sistema federativo, a noção de autonomia do estado. E para isso justifica que foram feitas publicações como:

[...] *História de Sergipe* de Laudelino Freire (1898); *Corografia do Estado de Sergipe*, Luiz Carlos da Silva Lisboa (1897); e *Quadro Corografico de Sergipe*, Laudelino Freire (1898). Some-se a tais esforços o manuscrito inconcluso de Severiano Cardoso – [Corografia de Sergipe] e os estudos esparsos de Manoel dos Passos de Oliveira Telles, tratando do mesmo gênero corográfico (FREITAS: 2007: p. 31).

O autor de *Historiografia Sergipana* escreveu sobre a produção local e da sua importância para o “legado coletivo”, ressaltando a importância das autobiografias e das produções que trabalham a passagem da monarquia para a república. Coloca para o leitor uma suposta importância dos gabinetes de leitura e a revitalização da biblioteca pública no governo de Felisbello Freire, como “demarcado institucional da escrita da história”. E o *Almanaque Sergipano* como uma instituição que reúne toda geração a partir de 1850, em que todos os seus redatores eram historiadores. Nesse sentido de verdadeira instituição que aglutine a maioria dos historiadores só em 1912 com a fundação do *Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, onde a maioria dos historiadores mencionados por Freitas fizeram parte do processo de fundação.

O IHGSE congrega os interessados em servir a Clio; trata a história como ciência. Mas conserva práticas do ofício dos historiadores do

século XIX, obviamente. Essas características serão abaladas a partir da morte da geração fundadora (décadas de 1920 e 1930) e com a introdução de matérias teórico metodológicas no curso de licenciatura em História da Universidade Federal de Sergipe, nos anos 1970. Aí principia o ensino sistemático do ofício do historiador. Ensina-se a escrever a história segundo normas da filologia, paleografia e diplomática alemãs e/ou francesas – regras codificadas na sorbonne, à mesma época (fins do século XIX) em que os futuros fundadores do IHGSE solicitavam os instrumentos da biologia para praticar a história como ciência (FREITAS: 2007: p. 33).

Vai encerrar essa parte enaltecendo a exigência dos trabalhos de monografias no século XIX, fato que, segundo ele, fortalece o ofício de historiador no estado.

O livro de Antônio Fernando de Araújo Sá foi publicado em 2013 pela editora da Universidade Federal de Sergipe, o prefácio foi escrito por Estevão C. de Rezende Martins⁷, tem 144 páginas e seis capítulos: *João Ribeiro e a historiografia no Brasil, um ensaio de Geohistória: Ciclo do Carros de Bois no Brasil de Bernardino José de Souza, Felte Bezerra e a Historiografia Sergipana, O Historiador e a Cultura Popular: José Calazans e o Folclore de Sergipe e Bahia, A historiografia Sergipana nos Últimos Cinquenta Anos: Tentativa de Avaliação Crítica, História da Universidade Federal de Sergipe*.

O Professor Doutor Antônio Fernando de Araújo Sá é Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe e permanente do Programa de Pós-Graduação em História. É graduado em História pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília, mestre em História Política do Brasil pela Universidade de Brasília, doutor em História Cultural pela mesma instituição, pós-doutor em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana.⁸

Sá faz uma análise crítica dos últimos cinquenta anos, apontando que o tema de história da historiografia tem encontrado poucos adeptos. Isso, segundo ele, se deve ao fato de a matéria de historiografia brasileira ter sido inclusa no currículo da UFS tardiamente, deve-se ainda ao fato da pós graduação em história ter sido criada apenas em 2012.

Antônio Fernando de Araújo Sá ressalta que a periodização da historiografia sergipana feita por Calazans é ainda a mais adequada:

[...] a primeira fase diz respeito aos trabalhos relativos à Sergipe, desde suas origens até o final do século XIX. A segunda fase é inaugurada pela publicação de História de Sergipe (1891) de Felisbello Freire. O Surgimento do IHGS abre a terceira fase (1912) e, por fim, com a

⁷ Professor titular de teoria da História e História contemporânea na universidade de Brasília.

⁸ Informações retiradas do currículo Lattes do Autor: <http://lattes.cnpq.br/4761668150681726>.

Universidade Federal de Sergipe (UFS – 1968) inaugura-se a quarta fase (SÁ: 2013: p.89)

O autor aponta que nos anos de 1960 foram poucas as publicações sendo elas mais de caráter geral, sem temas inovadores. Devendo-se muito disso a saída de alguns intelectuais do Estado de Sergipe, a exemplo do próprio Calazans. Faz uma análise do trabalho de Acrísio Torres (Pequena História de Sergipe – 1966), tecendo críticas à forma como ele retrata os governantes e a erros cometidos por Torres no mencionado livro. Fala do livro de J.Pires Wynne (História de Sergipe – 1973), que segundo o autor assim como Acrísio Torres não estava antenado com a historiografia do momento. Destaca Silvério Leite Fontes (Levantamento de Fontes Primárias para a história de Sergipe – 1972) que “definiu o modelo intelectual” para o departamento de história da UFS (SÁ: 2013: p.92). Evidencia Maria Thétis Nunes e sua produção como a passagem do autodidatismo historiográfico para o amadurecimento do ofício de historiador. Segue mencionando Ibarê Dantas como a continuação da renovação da historiografia sergipana ou seja nas técnicas e métodos utilizados, e sua produção intelectual “reflete o diálogo entre a história e as ciências sociais (SÁ: 2013: p. 93)”. Sá faz uma análise muito rica da obra de Ibarê Dantas e proporciona ao leitor um guia dos caminhos seguidos por Dantas em sua produção, ressaltando a importância desse autor para a historiografia sergipana. Destaca também o trabalho de Terezinha Oliva, e a importância para a historiografia sobre Fausto Cardoso.

Menciona a importância da obra de Luiz Mott, pois, associa o fazer antropológico e o historiográfico. Destaca Beatriz Gois Dantas nesse mesmo viés do diálogo entre historiografia e antropologia, evidenciando sobre a história dos índios em Sergipe. A respeito de Ariosvaldo Figueiredo diz que do ponto de vista político sua obra não recebeu a devida interpretação, mas, mostra que a produção dele é detentora de outros méritos. Cita no livro ainda Maria da Glória e a sua importância tanto para os arquivos quanto para a historiografia sobre a cana de açúcar. Sobre história econômica destaca o nome de Josué Modesto dos Passos Subrinho, que faz uma síntese da história econômica de Sergipe. Maria Nely, é mencionada dentro da característica de sua pesquisa que é a “ter usado uma faceta pouco conhecida da história e da historiografia da escravidão em Sergipe: o debate público e as ações políticas que visavam a abolição da escravatura em Sergipe (SÁ: 2013: p.102)”.

Aponta que a partir do início do século XXI, identifica-se uma série de trabalhos publicados a respeito da história da historiografia, trabalhos de autores como: José

Silvério Leite Fontes (publicação de 2001); Itamar Freitas (publicação de 2007); Francisco José Alves cujo a produção o autor fala o seguinte:

Francisco José Alves se debruça sobre a rede de conceitos presentes na obra de Felisbello Freire, buscando realizar uma ‘crítica compreensiva’ da sua escrita historiográfica, ao examinar as categorias principais na sua articulação com o evolucionismo, o romantismo e o naturalismo (SÁ: 2013: p.104).

Menciona trabalhos como os de José Vieira da Cruz e Antônio Bittencourt Júnior e seus livros sobre Manoel Bomfim. Sobre história da Educação falará sobre Tereza Cristina Cerqueira da Graça, Betizabel Vilar de Jesus Santos, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, Ester Fraga Vilas-Boas Carvalho do Nascimento, Eva Maria Siqueira Alves, Fábio Alves dos Santos. Vai mencionar que com exceção da Professora Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas todos os autores mencionados que escreveram sobre história da educação sofreram a influência do professor Jorge Carvalho do Nascimento.

Nos trabalhos dos últimos cinquenta anos que irá manter um diálogo com outras ciências sociais e humanas: Rosemiro Magno e Eliano Sérgio, Maria Neide Sobral, Antônio Samaroni de Santana, Frederico Lisboa Romão, Dionísio de Almeida Neto, Péricles de Andrade e Antônio Lindivaldo de Souza, Samuel Cohn e Jan French (cientistas sociais estrangeiros). Vai colocar ainda para o leitor três monografias que para ele são exemplos de quão promissor é o futuro da historiografia sergipana são os autores: Pedro Abelardo de Santana, Samuel Albuquerque, Andreza Santos Cruz Maynard.

Próximo de concluir, Antônio Fernando de Araújo Sá diz que tanto a produção que é feita dentro das Academias quanto as não acadêmicas devem preocupar-se com questões técnicas e metodológicas. E que o balanço feito por ele mostra “a passagem do autodidatismo historiográfico para a profissionalização do ofício de historiador em Sergipe (SÁ: 2013: p.113) ”.

Felisbello Freire: o homem público, o escritor e o constitucionalista

O texto escrito por José Bonifácio Fortes Neto, foi publicado na Revista da Faculdade de Direito de Sergipe (1958), publicação de divulgação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe Resultou da sua conferência, realizada no dia 30 de janeiro de 1958, por ocasião das comemorações do centenário de nascimento de Felisbello Freire. O texto está dividido em: *O Homem Público e O Escritor, O Historiador e O Constitucionalista*.

Fortes (1926-2005) nasceu em Aracaju, realizou seus estudos no Jardim de Infância Maynard Gomes, no Colégio Nossa Senhora da Glória, Colégio Tobias Barreto, Atheneu Sergipense e na Faculdade de Direito de Salvador.

[...] no famoso colégio Tobias Barreto, sob a direção de José de Alencar Cardoso, o venerável Zezinho, onde fora aluno de nomes bastante lembrados do magistério sergipano como Artur Fortes, Abdias Bezerra, Alfredo Montes, Garcia Moreno, José Calazans, entre outros (DANTAS: 1998: p. 48).

No Atheneu, começou a realizar atividades jornalísticas no jornal do grêmio Clodomir Silva, intitulado *A Voz do Estudante*. Integrou as equipes de redatores dos seguintes periódicos: *O Nordeste*, *Sergipe Jornal*, *Gazeta de Sergipe* e a *Cruzada*. Participou de programas esportivos e comerciais na Rádio Aperipê. Ainda cursando a Faculdade de Direito em Salvador,

Sabendo de abertura de concurso de suficiência, veio a Aracaju nos idos de 1948 enfrentar uma banca formada por Gonçalo Rollemberg Leite, Maria Thétis Nunes e Felte Bezerra, no sentido de lecionar História Geral e História do Brasil. A classificação em primeiro lugar significou um reconhecimento do preparo do jovem intelectual, incitando seus sonhos a novos empreendimentos legitimado pela aprovação, no ano seguinte, começou a ministrar na Escola Normal Rui Barbosa, após experiência no ano anterior no Colégio Tobias Barreto (DANTAS: 1998: p. 49).

Foi promotor substituto, efetivo, juiz, procurador geral do estado. Em 1951, passou a integrar a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe e a partir de 1954, a compor o corpo docente da Escola de Serviço Social. Já em 1957, agregou mais um cargo, ao se tornar professor na Faculdade de Direito de Sergipe. Após o golpe civil- militar de 1964, segundo Dantas (1998), ele deixou de lecionar Direito Constitucional.

O ambiente da Faculdade perdeu muito de sua espontaneidade em face das desconfianças e apreensões geradas pela presença de estudantes delatores. As boas relações de convivência desgastaram-se, cedendo lugar às práticas individualistas. A emissão do AI-5 provocava mais repressão e desmotivação. Em Aracaju, além das várias prisões, o comandante do 28 BC intimou, em fevereiro de 1969, três professores da Faculdade de Direito para depor: Silvério Fontes, Gonçalo Rollemberg Leite e Bonifácio Fortes. As indagações objetivavam sobretudo avaliar o pensamento dos mestres a propósito da nova obra institucional da contra-revolução. Constrangido como os demais, o professor de Direito Administrativo vivenciava momentos de contrariedades e angústias, afetando sua saúde, já sob cuidados pela ulcera que carregava há algum tempo. Suas insatisfações aumentavam, mas o ritmo de trabalho continuou intenso. Desde de 1967 foi-se ampliando o movimento pela criação da Universidade de Sergipe, que enfim concretizou-se em 1968, e Bonifácio Fortes acompanhou de perto

a discussão marcada pela controvérsia fundação x autarquia. Posteriormente ajudou na elaboração dos estatutos, integrando comissões, bancas, conselhos, cargos de direção, orientando estágios, participando de seminários, congressos, permanecendo assim no ensino e nas suas correlatas atividades burocráticas até a aposentadoria ocorrida em 1991 (DANTAS: 1998: p. 52).

Dentre as suas diversas produções, foi representante da Revista Brasileira de Estudos Políticos em Sergipe, o que lhe rendeu 03 artigos que cobrem 34 anos de pleito. Ibarê Dantas fala sobre Fortes em meio a intelectuais sergipanos que fizeram estudos sobre política, como Tobias Barreto, Silvio Romero e Gilberto Amado, indicando que, apesar de grandes intelectuais,

[...] todos eles fizeram-se escritores em outras terras e trataram de temas sobretudo nacionais ou universais. Bonifácio Fortes foi o primeiro que, residindo em Sergipe, analisou em mais larga escala e dedicou-se mais sistematicamente às questões correlacionadas com o poder político, o sistema representativo e o Estado ao nível local, sem perder de vista a temática nacional. Suas contribuições sobre pleitos eleitorais de 1933 a 1967, representação política e governos locais bem como sistemas de governo, organização jurídica e administrativa do Estado, poder judiciário, compõem um acervo dentro do objeto da política que o credencia como o mais expressivo até então desenvolvido. Com formação de humanista, transitando pela História, Pela Geografia Humana e pelo Direito, pôde construir um trabalho dentro desse campos do saber, servindo, no cômputo geral, para ampliar a compreensão dos problemas políticos a nível local (DANTAS: 1998: p. 54).

Realizou, ainda, investigações biográficas sobre Inácio Barbosa, Felisbello Freire, General José Calazans e José Rolembert Leite. Todos esses governantes de Sergipe, alguns administradores do período monárquico e outros do período republicano. Também escreveu sobre Gumercindo Bessa o grande jurista sergipano.

Na introdução, Fortes elogia o conjunto da obra de Freire. Colocando-o ao lado de Tobias Barreto, Silvio Romero e João Ribeiro. Salaria que sua obra é pouco conhecida em Sergipe, apontando como determinante para isso, a posição apresentada por Freire, muitas vezes contrária as classes dominantes. Não se tem estudo contrariando ao fato da oposição de Freire às classes dominantes ter influenciado para o ostracismo, mas, faz-se necessário Salientar que estudos mais recentes como o de Alves (2010), coloca como uma das determinantes para o isolamento intelectual a posição dele de simpatia ao Florianismo.

Freire estava alinhado ao governo de Floriano Peixoto (1891 a 1894), governo esse criticado por muitos intelectuais da época, pela dura repressão à Revolta da Armada⁹. Ainda quanto a esse esquecimento de Freire, há o feliz estudo de Santos (2018), que coloca as desavenças de Felisbello Freire nos primeiros anos da República para com o IHGB, por conta da sua *História da Cidade do Rio de Janeiro*.

O autor conclui a introdução fazendo um elogioso discurso sobre o inegável brilhantismo de Felisbello Freire e é compreensível as palavras de Fortes tendo em vista a publicação ser em comemoração ao centenário de nascimento de Freire.

A impressão que fica é de entusiástica admiração, inusitado pasmo ante o valor da obra, acre revolta para com os negligentes responsáveis por este patrimônio inestimável. E o desejo de conhecer mais Felisbello, entender melhor o constituinte exemplar, propagar ao máximo a obra do pesquisador incansável e lamentar compreensivelmente esta nossa terra de inteligência que, ainda hoje, apesar dos pesares, pode se dar ao luxo de manter no esquecimento um nome que podia, só por si, honrar qualquer coletividade!

É nesse estado de espírito, senhores, que me ergui de sobre os documentos e jornais esmaecidos, de sobre algumas de suas obras que milagrosamente ainda são conservadas no Instituto Histórico e Biblioteca Pública, algumas das quais virgens de olhos humanos... (FORTES: 1958: P.6).

O primeiro tópico de *O Homem Público é o estudante, o médico clínico e o propagandista republicano*. Inicia esse capítulo falando da origem de Freire, sua fidalguia e sua maestria junto aos instrumentos musicais. Em seguida fala da sua tese de doutorado. Fortes defende o seu biografado de acusação feita por Fausto Cardoso.

Fausto Cardoso, adversário político de Felisbello, na gazeta de Sergipe” de 8-V-1890, afirma-o baiano, alegando expressamente que sua carta de médico declara-o natural da Bahia. No entanto, constatamos que na sua tese inaugural, apresentada à congregação da Faculdade de Medicina da Bahia a 30 de setembro de 1881, Felisbello Freire confessasse natural da província de Sergipe. Ora, sabemos como era cercada de formalidades a apresentação da tese de doutoramento. Se a referida declaração da tese fosse errônea, não seria aceita pela congregação e congregação composta de baianos, sabidamente cômicos de suas prerrogativas regionais. Até agora estamos certos de que a acusação de Fausto não tem fundamento. Mas investigaremos (FORTES: 1958: p.8).

Não podemos dizer que acusação de Fausto Cardoso procede, mas devemos salientar que há um artigo de Samuel Albuquerque o qual, através de provas documentais,

⁹ Levante por parte de alguns setores da marinha em 6 de setembro de 1893. Faziam oposição ao governo de Floriano Peixoto. Um dos seus principais Líderes era o Almirante Custódio de Melo.

mostra que Felisbello, na mesma tese de 1881, omite sua origem mestiça alterando o sobrenome de sua avó. Como informa Albuquerque, “conforme o registro de casamento dos pais de Felisbello [...] (ALBUQUERQUE: 2017: p.3)”. Fortes continua salientando a carreira médica de Freire em Laranjeiras; menciona a sua posição a favor do abolicionismo; apresenta os jornais que Freire fez parte, enquanto detalha seu papel na propaganda republicana em Sergipe. “Foi Freire quem presidiu o 1º clube republicano de Laranjeiras e orientou a propaganda por Itaporanga, Estância, Aracaju e Vila Nova (FORTES: 1958: p. 9)”. Aponta a articulação feita por ele para a formação do partido republicano, da sua atuação em âmbito nacional no partido e, quando da proclamação, da sua nomeação para governador de Sergipe.

No segundo tópico intitulado *O Governador*, inicia com os primeiros dias da república em Sergipe, como se deu o recebimento da notícia e qual era situação de déficit do estado quando Freire assumiu o governo em 13 de Dezembro de 1889. Em seguida, mostra os principais atos de sua administração, como por exemplo o fechamento da câmara, a retirada de alguns privilégios cedidos a parte da indústria e a derrubada de monopólios concedidos a alguns indivíduos. Faz um detalhado apanhado das tributações impostas, sempre enaltecendo a importância dessas medidas para a economia do estado. Ressalta a atitude de Freire em contratar “o serviço de navegação direta entre Sergipe e a Capital Federal”. Menciona o seu empenho em construir as estradas de ferro. Salienta o seu empenho no melhoramento da barra do Rio Cotinguiba, criou o banco de Sergipe. Destaca, ainda, a seca e as dificuldades que seu governo sofreu para mitigar a fome do povo e reduzir os gastos do estado. Deixa claro a destreza de Freire para com a economia do estado e como esse alavancou os cofres públicos de Sergipe. Enaltece o desenvolvimento educacional alcançado em seu governo.

Fortes salienta a liberdade de imprensa que havia no estado apesar do governo provisório que estava instaurado no Brasil. Fala da violência por parte de delegados e soldados, colocando como esses atos munição para seus opositores atacarem, percebe-se no discurso de Fortes uma tentativa de suavizar a responsabilidade do governo quanto a esses fatos, colocando essas atitudes como autônomas dos agentes de segurança pública (FORTES: 1958: p.19). Traz os projetos de constituição elaborados por alguns sergipanos.

Outro ponto interessante no discurso de Fortes é sua descrição da composição da assembleia constituinte, e da dissolução dos partidos monarquistas em meio aos republicanos.

A instituição da República foi feita, praticamente, à revelia da massa e mesmo da classe média. Daí a sua aparente Artificialidade. Não houve substituição de classe dirigente no poder. Os republicanos históricos não fizeram o movimento e a revolução apenas por idealismo. Sentiram que a super-estrutura do império já era incondizente com as condições do desenvolvimento material da Nação e que sua conservação, após a abolição do trabalho servil, levaria o país à desagregação e ao caos econômico. Apenas houve diferenciação ou acomodação da classe dominante à alterações da super-estrutura. Fendeu-se o bloco monolítico dos agricultores com a participação, por vezes vigorosa, dos industriais. A afirmativa que ousamos linhas acima é confirmada pelas adesões quase imediatas dos ex-monarquistas à nova situação (FORTES: 1958: p. 22).

Aponta o autor que Felisbelo Freire ficou à frente do governo de Sergipe por apenas 09 meses e 27 dias, devido ao fato de ter administrado de forma correta e desagradado certas classes. Mostra a formação das chapas para futuras eleições e que, no final, foi formada em sua maioria pelos detentores do poder econômico, indivíduos ligados ao açúcar. Através de telegrama, Felisbelo é demitido e deixa a administração do estado em 17 de agosto de 1890.

Em *O Ministro de Estado*, Fortes analisa a trajetória de Freire como ministro. Em abril de 1893, o sergipano foi convidado para assumir o ministério das relações exteriores, nesse momento era deputado federal. No mesmo ano foi nomeado ministro da fazenda. Fortes faz um apanhado dos atos de Freire junto a esse último ministério e do motivo de sua exoneração em 18 de agosto de 1894, motivado pela questão das loterias. Fortes ainda detalha a relação do governo de Floriano Peixoto para com seus ministros e de sua frieza para com Felisbelo Freire.

O Constituinte e o Congressista, faz um traçado da vida de Freire na constituinte e nos vários mandatos dele como congressista. Como constituinte vai dizer que Freire buscou visar os interesses dos pequenos estados. Faz vários elogios as qualidades de Freire enquanto parlamentar e, em seguida, menciona ações dele enquanto deputado.

Em capítulo seguinte, *O Escritor, O Historiador e O constitucionalista*, afirma que o biografado foi um autodidata e que buscava sempre entender as sumulas. Ainda fala da questão do estado e das associações de cultura terem negligenciado Freire enquanto historiador. Em um parágrafo menciona toda obra de Felisbelo Freire. Traz os nomes dos jornais por ele redigidos. Indaga sobre o esquecimento por parte do estado a respeito da obra de Freire e mostra os seus principais títulos.

Faz um resumo da obra de 1891, *História de Sergipe*, dizendo se tratar de uma das primeiras sistematizações sérias de História do Brasil e a única de história de Sergipe.

Menciona-o como um “geógrafo determinista” ao falar de seus estudos sobre História Territorial. Fala da sua ligação ao evolucionismo, característica de sua obra que Alves (2010) trabalha muito bem. Fala sobre suas obras: a *História da revolução do 6 de setembro de 1893*, *História constitucional*, todas duas publicações de 1896; trabalha também *História da Cidade do Rio de Janeiro* sua segunda publicação de 1912 e a primeira sendo de 1901 em jornais; *Os Portugueses no Brasil* de 1907; traz como sua obra básica *História Territorial do Brasil*, editada em 1906; menciona outras obras de Freire no campo do direito e se atem a *História Constitucional*.

Aponta que Freire em seu pensamento historiográfico atribuía as mudanças no campo econômico ao do campo político, e ainda não conseguia conceber outra forma de governo se não a da república que se adotou no Brasil, se mostrando um homem “incapaz de proceder a necessária triagem dos últimos sucessos. É extremamente presidencialista (FORTES: 1958: p.48)”. Fortes conclui falando da inegável contribuição de Freire para o sistema constitucional brasileiro e da necessidade de sergipanos que o estudem.

Felisbello Freire, o historiador

O artigo de Maria Thétis Nunes, possui um texto de duas páginas que compõe o *Caderno de Cultura do Estudante* (1987), uma revista da Universidade Federal de Sergipe. Sua edição, conforme informava o periódico, tinha como objetivo divulgar a produção cultural do universitário sergipano e informações sobre personalidades da nossa história cultural.

Antes de analisarmos o texto, vamos apresentar um pouco sobre a autora. Nunes (1923-2009) nasceu na cidade de Itabaiana e realizou estudos no Atheneu Sergipense e compôs a primeira turma de graduação da Faculdade de Geografia e História da Faculdade de Filosofia da Bahia.

Ainda como aluna do ensino superior ingressou como catedrática de Geografia Geral no Atheneu Sergipense, dali em diante assumiu diferentes postos de direção, publicou dezenas de artigos na imprensa local, participou de diferentes congressos com apresentação de trabalhos científicos e, sobretudo, ensinou e escreveu acerca de diferentes facetas da História de Sergipe e do Brasil. Thétis Nunes possui a mais vasta obra sobre o passado sergipano, inclusive com uma síntese da História da Educação sergipana da colônia a república, além de um variado número de escritos sobre intelectuais, entre outras temáticas abordadas pela pesquisadora (OLIVEIRA: 2017: p. 175).

Thétis Nunes foi a primeira mulher a dirigir o Atheneu Sergipense, tendo lecionado, ainda, no Colégio Tobias Barreto e no Patrocínio São José. Dirigiu na Argentina o Centro de Estudo Brasileiros, onde também deu aulas em cursos de Pós-Graduação. Foi professora da Universidade Federal de Sergipe até 1995 quando se aposenta. Inventariou a documentação brasileira, nos arquivos ultramarinos em Portugal e foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Nunes inicia o texto colocando Freire como o mais destacado historiador sergipano. Assim como Fortes, Nunes exalta os talentos musicais de Freire, seu trabalho como parlamentar, jornalista e político de ideias avançadas. Tecendo elogios a todas as funções desempenhadas por Freire, destaca seu papel enquanto abolicionista e o líder republicano em Sergipe. Maria Thétis Nunes compartilha da mesma admiração que Fortes, “como um homem envolvido em atividades múltiplas, como viveu Felisbello Freire, tenha realizado dentro dos limites da época, as pesquisas que serviram de embasamento às obras históricas que escreveu (NUNES: 1987: p. 92) ”.

Aponta a questão do determinismo Geográfico e do evolucionismo, que a era compartilhado por Freire e por grande parte do pensamento científico da época. Ressaltando para a questão de “que já o fato social o preocupava, aparecendo destacado em suas interpretações históricas (NUNES: 1987: p.92) ”. Chamou a nossa atenção a sugestão feita por ela, ao falar de *História de Sergipe*, para “uma edição revista, onde possam ser anotados enganos, só possíveis de serem evidenciados, com as atuais pesquisas feitas, principalmente nos arquivos portugueses (NUNES: 1987: p. 92) ”. Fala da *História Territorial do Brasil* e da sua importância para as gerações de historiadores e a necessidade de uma reedição.

Nunes destaca também outras obras de Freire como: *História constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil* (também muito bem trabalhada por Fortes), a *História do Banco do Brasil*, *Os Portugueses no Brasil*, *História da Revolução de 6 de Novembro de 1893*. Tendo em vista “a educação da juventude, escreveu a *História do Brasil* para uso das escolas públicas do Rio de Janeiro, destacando-se o método didático empregado (NUNES: 1987: p. 93) ”. Assim Nunes conclui o artigo dizendo:

Foi Felisbello Freire um autêntico intelectual do seu tempo. Integrou a plêiade de estudiosos da realidade brasileira, dentro das correntes sociológicas e filosóficas que a Europa nos enviava. Intelectuais que procuravam encontrar as raízes autênticas do Brasil, abrindo caminho para afirmação do nacionalismo literário e artístico eclodido após a Semana de Arte Moderna de 1922.

Ao lado de Capistrano de Abreu, Sílvio Romero, João Ribeiro, Euclides da Cunha, Alberto Torres e outros, pela obra legada no campo da História, Felisbello Freire está entre os intelectuais precursores do nacionalismo na interpretação da realidade brasileira (NUNES: 1987: p. 93).

A Rede dos Conceitos: uma leitura da historiografia de Felisbello Freire

Este livro, segundo o autor, vem para fazer jus à historiografia de Felisbello Freire que, segundo Francisco José Alves, foi por muito tempo negligenciada no meio científico. Tem como objetivo buscar o perfil historiográfico do intelectual analisado através do levantamento dos conceitos por ele utilizados em suas obras. Tem como apoio metodológico os teóricos Jaques Derrida e Pierre Bourdieu. A primeira edição foi publicada em 2010. O livro foi publicado pela editora da UFS e pela Fundação Oviedo Teixeira. O livro tem duzentas e vinte páginas e quatro capítulos. Foi publicado em um contexto de expansão universitária e de inovações políticas.

Francisco José Alves é graduado em História pela Universidade Federal de Sergipe, mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília, doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor efetivo da Universidade Federal de Sergipe. Ministra as disciplinas: Introdução à História, Teorias da História, Metodologia da Pesquisa Histórica e Historiografia Brasileira. Seus principais temas de pesquisa incluem: História da Historiografia, História da Sexualidade, Patrimônio Cultural e o uso da Literatura na pesquisa histórica.

Na introdução, o autor justifica a necessidade de trabalhos como o dele, uma vez que até aquele momento eram poucos os trabalhos historiográficos semelhantes. Sobre Freire, apresenta-o como intelectual de formação em medicina na faculdade da Bahia, republicano, atuante no campo político, primeiro governador de Sergipe e deputado algumas vezes pelo estado.

No primeiro capítulo, *do Objeto e método*, Alves indica que a historiografia de Felisbello Freire não teve a consagração que recebeu seus contemporâneos: João Ribeiro, Capistrano de Abreu, Sílvio Romero, Laudelino Freire entre outros. Apesar de ter uma abordagem pluricausal, ou seja, buscava mais de uma perspectiva para analisar a história e, que segundo o livro, um autor à frente do seu tempo. A causa de sua preterição se deve à sua adesão ao Florianismo e à defesa feita por ele à aniquilação da Revolta da Armada, fato repudiado por grande parte dos intelectuais da época, assim ficando a margem da maioria das instituições intelectuais daquele momento. O autor se propõe a descobrir qual o perfil histórico de Felisbello Freire. A sua metodologia se baseia em fazer uma análise de

toda a historiografia de Freire, um levantamento de todos os autores citados por ele e distinguir aqueles utilizados como fontes históricas e os de apoio teórico metodológico. Busca aqueles indivíduos considerados como agentes sociais, os critérios de periodização e analisa os conceitos utilizados por Freire em sua produção. Ponto de apoio será o conjunto da obra de Felisbello Freire e a biografia do mesmo.

O segundo capítulo, *a Historiografia de Felisbello Freire visão Geral*, mostra os principais traços da historiografia de Freire. Traz as temáticas, a forma de expor seus textos, que eram quase sempre a narrativa, o uso recorrente de metáforas, a característica de biologizar a sociedade, fato que se dá devido a sua formação médica e ao fato de ser adepto do evolucionismo spenceriano. Alves vai afirmar que a periodização utilizada por Freire, em sua maioria, é de cunho político administrativo e em alguns trabalhos trazendo cunho social. Para Francisco José Alves, que em quase toda a produção de Freire os governadores são os agentes sociais, mas algumas vezes as classes sociais e o povo assumem esse papel. Mostra fidedignidade com as fontes e tem grande cuidado com as fontes primárias. A causalidade para o processo histórico são o social, política, econômica, o meio, a raça e o fator psicológico (as paixões). Apoio teórico metodológico principalmente Spencer que aparece em quase todas as obras de Freire, mas, é em *história de Sergipe* que é exposto claramente.

A rede dos Conceitos da Historiografia de Felisbello Freire é o nome do terceiro capítulo do livro. Esse levanta, classifica e analisa a rede de conceitos utilizada na historiografia de Freire. Para Alves, conceito é o conteúdo significativo de cada palavra. Para o autor, o conceito não pode ser confundido com o objeto, uma vez que aquele tem existência apenas intelectual. O historiador é quem traduz o passado a partir das suas opções teóricas metodológicas. Explica Alves que assim alguns termos são recorrentes à historiografia de Felisbello Freire. Existem os conceitos chamados por Alves de *morfológicos*, que são as formas sociais que preenchem o campo histórico (governo, povo, classe). Os conceitos chamados pelo autor de *moveis de enredo*, que dão dinâmica à narrativa (patriotismo, heroísmo, instrução). E os termos que *dão sentido às ações dos narrados* (civilização, anarquia, evolução). Assim conceito é o instrumento pelo qual o historiador textualiza sua pesquisa histórica. Os conceitos utilizados pelo historiador são agrupados em duas categorias, os *ontológicos* e os *gnosiológicos*: os *ontológicos* estão ligados diretamente aos agentes históricos, eles são descritivos e conseqüentemente empíricos, ou seja, baseados na experiência e não simplesmente na suposição; já os *gnosiológicos* são os conceitos pelo qual o historiador explica os fatos históricos e não

são empíricos. Por exemplo, quando se diz que “o mundo é doentio” mundo é o conceito *ontológico* e doentio é o *gnosiológico*.

O quarto capítulo *A Ideia de Civilização na Historiografia de Felisbello Freire*, esse capítulo analisa o conceito de Civilização dentro da obra de Felisbello Freire. Em alguns momentos da produção analisada esse termo é entendido como uma sociedade está à frente da outra no sentido de evolução. Também é utilizado para designar um povo. O termo segundo o autor é marcado pela elasticidade.

Na conclusão o autor fará um apanhado dos temas abordados nos demais capítulos e falará do hibridismo existente na produção de Freire, este composto por *Romantismo* e *Naturalismo*. A tensão presente nesse hibridismo é destacada ao se abordar o termo civilização onde é resultante da ação dos grandes homens e logo depois dos heróis da história.

Conclusão

A partir dessas três leituras sobre o historiador Felisbello Freire, antes de tirarmos qualquer conclusão, reafirmar a grandiosidade que é o conjunto da obra desse brilhante historiador. Como também a importância dos autores dessas três leituras, para a historiografia sergipana.

A obra de Bonifácio Fortes, é um texto de leitura fácil, a parte que trata da formação constitucional do país prende o leitor e o instiga a querer ler os livros de Felisbello Freire. Podemos notar uma super valorização dos detalhes que ele enxerga como acertos de Freire, como também uma tentativa de suavização dos erros cometidos pelo biografado, principalmente no tópico sobre Freire enquanto governador. Fortes ainda atribui a Freire uma suposta inocência quanto aos rumos que tomaria o país. Para Fortes, Freire não tinha ideia que os monarquistas, detentores do poder econômico, se reestruturariam nos partidos republicanos. Para nós, se torna algo difícil de acreditar, tendo em vista o grande intelectual de quem estamos tratando, escritor de diversas obras de conteúdos tão diversificados e complexos. Ainda, não podemos deixar de mencionar, que Freire advém de famílias detentoras do poder em Sergipe.

Ao analisarmos o artigo de Maria Thétis Nunes, nos vemos diante de um texto bastante sucinto, mas que pontua acertadamente, tendo em vista que ela traz pontos fundamentais do que ela se propõe, ou seja, analisar o Felisbello Freire historiador. Trata-se de um texto norteador para despertar o interesse sobre esse que é um dos maiores

historiadores de Sergipe e do Brasil. Assim como o texto de Fortes o de Nunes também detem um tom saudosista.

O livro do historiador Francisco José Alves se não mitiga a negligência que se teve para com Freire, mas, mostra-se como um presente para as gerações de novos historiadores que queiram se debruçar sobre uma análise rica em detalhes da obra de Felisbello Freire. Alves destrincha toda a obra estudada e nesse exercício, muitas vezes traz fatos de Freire fora da função de historiador. Sua leitura não é tão suave como as outras duas, tendo em vista que o texto trabalha conceitos. Esses muitas vezes advindos de outras áreas que não a História, mas, explicado por Alves de forma minuciosa.

Faz-se válido salientar, que após esses estudos a obra de Freire tem sido revisitada, dando origem a trabalhos de qualidade elogiável. Em trabalho do ano de 2017, Samuel Albuquerque vai dizer que a tese da síntese da obra de Freire não foi superada, mas, afirma que a mesma expirou, tendo em vista as produções que foram feitas, principalmente a partir de 1980 com Maria Thétis Nunes, Ibarê Dantas e alguns outros.

Outro mais recente é dissertação de 2018, apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, para a obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração Cultura e Sociedade apresentada por Maria Fernanda Santos. A autora fez um estudo sobre a controvérsia entre Freire e o IHGB em torno da obra História da Cidade do Rio de Janeiro (1902). Este livro foi escrito para o concurso promovido pela prefeitura do Rio de Janeiro, em 1896. O livro foi avaliado pelo IHGB. Cabia a referida instituição definir se a obra receberia, ou não, o prêmio. A comissão formada foi favorável a obra, mas membros que estavam presentes fizeram o pedido para que ele lesse a obra no Instituto. Depois de muitos embates a publicação da obra não foi feita. Sendo publicada apenas em 1912.

Assim a autora analisa o que era o IHGB naquele momento, a ponto de influenciar na avaliação da obra de Freire. Investiga ainda um possível embate entre monarquistas e republicanos dentro do IHGB. Dessa forma a autora tenta perceber como as predileções políticas de Freire influenciaram no fato dele ter sido colocado no ostracismo intelectual.

Assim, esperamos que nosso trabalho possa, de alguma maneira, contribuir para a valorização e estudo da obra de Felisbello Freire.

Abstract: This paper analyzes how three authors linked to the Federal University of Sergipe, describes the history and the historiographical work of Felisbello Freire. These are the texts: “Felisbello Freire: the public man, the writer and the constitutionalist” (1958)

by Bonifácio Fortes. Maria Thetis Nunes, “Felisbello Freire, the Historian” (1987). And “A network of concepts: a reading of the historiography of Felisbello Freire” (2010) by historian Francisco José Alves.

Key-words: Felisbello Freire; Historiography; Sergipana Historiography.

REFERENCIAS:

ALVES, Francisco José. **A rede de conceitos:** uma leitura da historiografia de Felisbello Freire. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2010.

ALBUQUERQUE, Samuel (Org.). **José Calazans e Sergipe.** São Cristóvão: Editora UFS, 2016.

ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. Escrita de Si na História de Sergipe de Felisbello Freire. **Revista da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos**, v. 2, 2017. Disponível em: https://www.seo.org.br/images/Anais/Anais_II_Encontro/Samuel_Albuquerque_completo.pdf.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa historiográfica:** teoria e método. Tradução: Andréa Dore. Baura: EDUSC, 2006.

BRETAS, Silvana Aparecida; OLIVEIRA, Iadrelhe de Souza. A Constituição da Universidade Federal de Sergipe (1950-1960): Um estudo sobre aspectos históricos da educação superior brasileira. **Revista História da Educação**, v. 18, n. 42, p. 151-169, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S2236-34592014000100009>.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. **A escrita da História.** Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 56-104.

DANTAS, Ibarê. Bonifácio Fortes, pioneiro nos Estudos de Ciências Políticas Em Sergipe. **Tomo**, n. 1, p. 47-60, 1998. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/4908/4048>.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. **Aprendendo história:** reflexão e ensino. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; ALMEIDA, Lucilia de. **O Tempo do Liberalismo Excludente:** da proclamação da república à revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FREITAS, Itamar. Diálogos com Calazans: a historiografia sobre Sergipe nos últimos 30 anos. In: _____. **Historiografia Sergipana.** São Cristóvão: Editora UFS, 2007, p. 35- 56.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. Vestígios “Dos Jovens Anos Escolares” De uma Intelectual Brasileira: itinerários da aluna Maria Thétis Nunes no Atheneu Sergipense (1935-1941). **Revista de História e Historiografia da Educação**, v. 1, n. 1, p. 174-192, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rhhe/article/view/45603/30113>.

PROST, Antoine. **Doze Lições Sobre a História**. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira: Autêntica Editora, 2017.

RIBEIRO, Wagner da Silva. Bonifácio Fortes. **Revista da Academia Sergipana de Letras**, v. 1, n. 35, p. 385-395, 2005. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/RASL/article/view/8765/6969>.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. A Historiografia Sergipana Nos últimos cinquenta anos: Tentativa de Avaliação Crítica. In: _____. **Capítulos de história da historiografia sergipana**. São Cristóvão: Editora UFS, 2013, p. 87- 114.

SANTOS, Maria Fernanda dos. Felisbello Freire, o IHGB e a polêmica em torno da obra História da Cidade do Rio de Janeiro (1901). **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em História (PROHIS/UFS). Universidade Federal de Sergipe. 2018, 110f.

SANTOS, Maria Nely. **Professora Thétis: uma vida**. Aracaju: Gráfica Pontual, 1999.

SILVA, José Calazans Brandão da. **Aracaju e Outros temas Sergipanos**. Aracaju: Governo de Sergipe-FUNDESC, 1992.